

## ESTIAGEM

# Tocantins está entre áreas com maior risco de incêndios florestais

Divulgação/Naturatins

O TOCANTINS ESTÁ ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS QUE DEVEM ENFRENTAR MAIOR RISCO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NOS PRÓXIMOS MESES, SEGUNDO PROJEÇÃO DO (CEMADEN).

O Tocantins está entre os estados brasileiros que devem enfrentar maior risco de incêndios florestais nos próximos meses, segundo projeção do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). A previsão considera o período de julho a setembro e indica que a estiagem, aliada à possibilidade de formação do fenômeno El Niño, pode aumentar as condições favoráveis à propagação do fogo.

O alerta ocorre após um ano de redução da área queimada no país. Em 2025, o Brasil registrou o terceiro menor índice de incêndios da série histórica iniciada em 2012. Apesar disso, especialistas avaliam que o cenário climático previsto para este ano exige reforço das ações de prevenção, especialmente em estados localizados no Cerrado e na Amazônia.

## MAIOR ATENÇÃO

Segundo o Cemaden, os maiores riscos de incêndios concentram-se no Centro-Oeste e no arco sul da Amazônia, abrangendo partes de Mato Grosso, Rondônia, Acre, sul do Amazonas, do Pará e áreas do Tocantins.

O estado também faz parte da região conhecida como Matopiba, que reúne áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e apresenta grandes extensões classificadas em situação de alerta e atenção para ocorrência de fogo.

De acordo com o órgão, a combinação entre vegetação mais seca, baixa umidade do ar e intensa atividade agropecuária favorece o surgimento e a propagação de incêndios durante este período do ano.

O risco é reforçado pela possibilidade de um novo episódio de El Niño, fenômeno climático que altera o regime de chuvas e temperaturas em diferentes regiões do planeta.

No Brasil, o El Niño costuma provocar aumento das temperaturas e redução das chuvas nas regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste, criando condições mais propícias para queimadas.

O pesquisador Christopher Cunningham, coordenador do Grupo de Estudos de Fogo do Cemaden, afirma que episódios recentes do fenômeno, registrados entre 2015 e 2016 e entre 2023 e 2024, ampliaram os períodos de calor e seca em diversas regiões do país, aumentando a suscetibilidade aos incêndios florestais.

Segundo a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (Noaa), dos Estados Unidos, havia, em junho, 63% de probabilidade de formação de um episódio de El Niño de intensidade muito forte, embora a evolução do fenômeno ainda dependa das condições climáticas



Queimada em propriedade rural de Santa Maria, no interior do Tocantins.

dos próximos meses.

## ESTRUTURA DE PREVENÇÃO

Após os incêndios registrados em 2024, quando o Brasil teve a maior área queimada desde 2012, o governo federal ampliou a estrutura destinada à prevenção e ao combate ao fogo.

Entre as medidas adotadas está a implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, em vigor desde 2024, que prioriza ações preventivas, planejamento e o uso controlado do fogo em situações específicas, além da integração entre governos e órgãos ambientais.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o orçamento destinado às ações de prevenção e combate aos incêndios flo-

restais ultrapassa R\$ 1 bilhão em 2026, o maior já direcionado à área. A estrutura contará com 240 brigadas, mais de 4,4 mil brigadistas contratados, servidores federais e reforço de aeronaves e equipamentos especializados.

Parte dessa estrutura será instalada em estados considerados estratégicos, entre eles o Tocantins, que receberá um posto de comando para apoiar as operações durante a temporada de incêndios.

## FOCO NA PREVENÇÃO

Apesar do reforço operacional, pesquisadores alertam que a ampliação da estrutura de combate não elimina os riscos de uma temporada severa de incêndios.

A pesquisadora Lívia Carvalho Moura, do Insti-

tuto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), avalia que fatores como mudanças climáticas, expansão de áreas degradadas e uso inadequado do fogo continuam aumentando a vulnerabilidade de estados como o Tocantins.

Segundo ela, a Política

Nacional de Manejo Integrado do Fogo representa um avanço, mas sua implementação ainda depende da adesão de estados, municípios e do setor privado, além da manutenção dos investimentos em prevenção, contratação de brigadistas e infraestrutura.

## PUBLICIDADE LEGAL

### AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO, torna público que fará realizar, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sessão eletrônica, conforme processo abaixo:

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026 - PREF.** a ser realizada no dia 27 de julho de 2026, às 08h00min, tipo **MEJOR PREÇO GLOBAL**, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL NO POVOADO SÃO JUDAS, NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, PAISAGISMO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PLAYGROUND, ACADEMIA AO AR LIVRE, QUIOSQUE, MOBILIÁRIO URBANO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS.

Os editais e maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (63) 99249-1935, no horário de expediente, por e-mail: [licitasantarita@gmail.com](mailto:licitasantarita@gmail.com), ou pelo site [https://acessoinformacao.santaritadotocantins.to.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes\\_mg](https://acessoinformacao.santaritadotocantins.to.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_mg).

Santa Rita do Tocantins/TO, 09 de julho de 2026.

Luciano Pereira da Costa  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

Processo Administrativo nº 111/2026. Pregão Presencial nº 016/2026. Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Saúde de São Miguel do Tocantins/TO. Detentora: RO-SAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 37.676.047/0001-80. Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de São Miguel do Tocantins/TO. Valor total registrado: R\$ 1.876.938,80. Vigência: até 10/07/2027. Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, LC nº 123/2006 e LC nº 147/2014. Data da assinatura: 10 de julho de 2026. Signatários: Anselmo Luis Feitosa da Silva, pelo Fundo Municipal de Saúde, e Joãozinho Pereira Mendanha, pela empresa detentora. São Miguel do Tocantins/TO, 10 de julho de 2026.

ANSELMO LUIS FEITOSA DA SILVA  
Fundo Municipal de Saúde

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS – TO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROC. ADM. Nº 0121/2026  
**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 014/2026**  
Aos 10 (Dez) dias do mês de julho de 2026 (dois mil e vinte e seis), de acordo com a Ata de realização da sessão pública da Concorrência Presencial nº 014/2026, objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para reforma e ampliação da unidade de saúde Iracema de Azevedo Vale no distrito de Grota do Meio em São Miguel do Tocantins/TO, no Município de São Miguel do Tocantins, o Secretário Municipal de Saúde, comunica aos interessados que **ADJUDICA** nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a empresa: CMA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 42.731.815/0001-90, situada na Rua Bom Jardim, n 13, Bairro Jardim Mirim, município de João Lisboa-MA, valor total **R\$ 825.406,53 (Oitocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta e três centavos).**

São Miguel do Tocantins – TO, 10 de julho de 2026.

Anselmo Luis Feitosa da Silva  
Secretário Municipal de Saúde

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS – TO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROC. ADM. Nº 0121/2026  
**CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 014/2026**  
O Prefeito Municipal de São Miguel do Tocantins/TO, no uso de suas atribuições legais, regimentais e nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, comunica que após constatada a regularidade dos atos procedimentais, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: Contratação de empresa de engenharia especializada para reforma e ampliação da unidade de saúde Iracema de Azevedo Vale no distrito de Grota do Meio em São Miguel do Tocantins/TO, no Município de São Miguel do Tocantins, a empresa vencedora: CMA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 42.731.815/0001-90, situada na Rua Bom Jardim, n 13, Bairro Jardim Mirim, município de João Lisboa-MA, valor total **R\$ 825.406,53 (Oitocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta e três centavos).** HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos. São Miguel do Tocantins – TO, 10 de julho de 2026.

Alberto Loliola Gomes Moreira  
Prefeito Municipal

## PROJETO DE LEI

# Pais de pessoas com deficiência podem trabalhar menos sem redução no salário

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter conclusivo, um projeto de lei que garante a redução da jornada de trabalho, sem diminuição do salário, para empregados que sejam responsáveis por pessoas com deficiência. Como a proposta foi aprovada de forma conclusiva, ela poderá seguir para análise do Senado, caso não haja recurso para que seja votada pelo plenário da Câmara.

O parecer favorável foi apresentado pelo deputado federal Ricardo Ayres (Republicanos-TO), relator da matéria na CCJ. O projeto é de autoria da deputada Laura Carneiro (PSD-RJ).

Benefício passa a atender todos os dependentes com deficiência

Durante a tramitação, a proposta foi ampliada. O texto original previa o benefício apenas para trabalhadores que fossem responsáveis por pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) ou síndrome de Down.



O projeto altera a CLT para assegurar o direito à redução da jornada de trabalho.

Com as alterações aprovadas anteriormente pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e mantidas pelo relator, a medida passa a contemplar todos os empregados que tenham dependentes com deficiência.

Em seu parecer, Ricardo Ayres afirmou que a proposta fortalece a proteção de crianças e adolescentes com deficiência ao permitir que seus responsáveis tenham mais tempo

para os cuidados necessários, sem prejuízo da renda familiar.

O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para assegurar o direito à redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

Pela proposta, a necessidade do benefício e o percentual de redução da carga horária serão definidos por meio de avaliação biopsicossocial, que deverá ser realizada pelo menos a cada dois anos. Conforme o

resultado, a redução poderá ser ampliada, mantida, reduzida ou suspensa.

Durante a votação na CCJ, a deputada Soraya Santos (PL-RJ) manifestou apoio à proposta, mas defendeu a adoção de critérios objetivos para a concessão do benefício.

Segundo a parlamentar, a avaliação periódica é importante para evitar fraudes e garantir que a medida seja destinada às famílias que efetivamente necessitam do suporte.